



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Milton José Neves

not 241 /

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0190481-4

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

APELADA: MARIA DAS DORES DA SILVA MISKIW

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

5718

ACÓRDÃO N.º 136/2010

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS JULGADA PROCEDENTE. SENTENÇA QUE NÃO MERECE REPARO. RESTRIÇÃO CREDITÍCIA INDEVIDA. DANO MORAL PRESUMIDO. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ABUSO DE DIREITO, E SIM EXERCÍCIO REGULAR DESTES, CONFORME O DISPOSTO NO ART. 188, INCISO I, DO CC/02. DESACOLHIMENTO. AUSÊNCIA DA SUPOSTA INADIMPLÊNCIA DA APELADA. QUANTUM INDENIZATÓRIO A PAR DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE, CORROBORANDO A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NÃO CARACTERIZADA. O DIREITO DE RECORRER É ASSEGURADO EM LEI E, NESSE CASO, SÓ SE CONFIGURA A MÁ-FÉ QUANDO EVIDENTE A INTENÇÃO DE OBSTAR O ANDAMENTO DO FEITO, NÃO CONSTATADA NA ESPÉCIE. DESPROVIMENTO DO APELO.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da **Terceira Câmara Cível** do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, *por unanimidade, em negar provimento ao apelo.*

Recife, 18 de maio de 2010.


Des. Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL – APELAÇÃO CÍVEL N.º 0190481-4

APELANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

APELADA: MARIA DAS DORES DA SILVA MISKIW

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

RELATÓRIO

Apelação Cível interposta por:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE

Contra sentença proferida em:

Ação de responsabilidade civil por danos morais, em face de negativação indevida em cadastro de inadimplentes.

Da lavra do Juízo da:

33ª Vara Cível desta Comarca de Recife

Na qual são partes:

MARIA DAS DORES DA SILVA MISKIW (autora apelada) e
COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE (ré
apelante)

Discute-se na causa, em síntese:

Pretensão ao recebimento de indenização por danos morais, em razão de inclusão indevida nos órgãos de restrição creditícia.

O conteúdo da sentença pode ser resumido da seguinte forma:

Procedência do pedido autoral, nestes fundamentos:



10⁹ 243 /

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

O documento acostado aos autos pela demandante à fl. 18 demonstra as negativas operacionalizadas pela demandada referentes ao contrato de nº 1066577020, o qual fora atribuído erroneamente à demandante.

Os documentos de fls. 19/20 e de fl. 21 demonstram que a responsável pelo contrato nº 1066577020, referente à unidade residencial localizada na Rua da Bananeira, nº 428, CEP 53580-700, é Maria das Dores e Silva – CPF é 960.834.684-34.

As demais faturas acostadas pela autora confirmam que a demandante, Maria das Dores da Silva Miskiw – CPF nº 609.179.894-49, é responsável pelo contrato de nº 2596069013, o qual se refere à unidade consumidora localizada na Rua Eládio Ramos, nº 319-D, no bairro de Boa Viagem.

Resta evidente, portanto, que a demandada, ao considerar os débitos, relativos ao contrato nº 1066577020, como de responsabilidade da autora, incidiu em erro e, via de consequência, negativou-a injustamente. A conduta irregular da demandada determina a sua responsabilização, in casu, extracontratual.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já se posicionou a esse respeito:

“EMENTA: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL PURO CONFIGURADO. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. Resultando a inscrição do nome da autora em cadastro de inadimplentes oriunda de cobrança indevida, evidenciada está a ilegitimidade da negativação e o consequente dever de indenizar. Dano in re ipsa. Caso em que a autora não tem conhecimento do débito que lhe é atribuído, inclusive porque o contrato, que originou a dívida levada a registro, está em nome de terceiro estranho à lide. Dano moral deferido em valor desajustado aos parâmetros da Turma para os casos análogos, comportando redução. Recurso parcialmente provido. Unânime.” (Recurso Cível Nº 71001266014, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: João Pedro Cavalli Júnior, Julgado em 28/06/2007)

Para a doutrina mais abalizada, supedaneada na lição de SAVATIER, dano moral é todo sofrimento humano não consistente numa perda de



110 244

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

caráter pecuniário, que, nas hipóteses de danos à pessoa natural, pode-se revelar como puramente moral, e quanto à pessoa jurídica, extrapatrimonial, em sentido estrito.

Assim, tenho por totalmente indevidas as negativas junto ao Serviço de Proteção ao Crédito.

A questão já está pacificada quanto ao cabimento de indenização por danos morais, em razão da negativação injusta nos cadastros de proteção ao crédito, tais como SPC, SERASA e CADIN.

Sabe-se que a simples negativação junto ao SPC é suficiente para gerar danos morais, pois faz com que a pessoa negativada seja privada de obter qualquer financiamento junto ao comércio e às instituições financeiras. É um típico caso de dano extrapatrimonial que se presume e, sendo assim, dispensa-se a prova do prejuízo.

A Constituição Federal tratou de garantir a indenização por danos morais sofridos, ao prever o seguinte:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;”

Desta forma, entendo amplamente cabível e justo a indenização por danos morais em favor da demandante.

O magistrado, entretanto, deve arbitrar a indenização com a moderação que cada caso em concreto exija, observando a repercussão do dano e a conduta da ré no trato da questão, à mingua de critérios objetivos para a fixação da indenização.



MM 245 /

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

O QUANTUM SATIS, assim, deve ser fixado de forma a indenizar o autor pelo prejuízo sofrido e servir de reprimenda pela conduta lesiva da ré, a ponto de que tais atos não se repitam, de forma a atingir o seu objetivo maior que é desestimular a prática abusiva descrita nos autos. Por isso mesmo é que não pode ser fixado em valor ínfimo, mas em quantia razoável e moderada, que atenda aos desígnios da lei.

Por fim, é importante observar que não é o caso de declarar a inexistência de débito entre as partes, pois não há nos autos indicação de que as faturas estavam sendo emitidas em nome da autora. A irregularidade existente nos autos diz respeito, unicamente, à negativação, vez que a demandada inscreveu nos cadastros restritivos de crédito, equivocadamente, o nome da demandante, ao invés de indicar a real devedora.

Diante do exposto, confirmou a liminar anteriormente concedida e determinou a definitiva exclusão da negativação do nome da recorrida, no SPC, pela recorrente. Condenou ainda essa ao ônus da sucumbência e a pagar àquela, a título de danos morais, o importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Fixou também juros de mora e correção monetária.

As partes não suscitaram preliminares.

No mérito, aduz a parte apelante, em síntese:

Do equivoco do Juízo "a quo". Imperiosa necessidade de reforma do julgado.

[...] acaso o devedor não pague, surge para o credor o direito de tomar as providencias cabíveis para a sua satisfação.

Assim, não é permitido ao devedor exigir do credor que este se abstenha de praticar atos legalmente balizados, para fins de não abalar a sua credibilidade perante terceiros.

Com esses fundamentos, resta plenamente justificável a inscrição do nome da Apelada nos cadastros de devedores, em razão da impontualidade



112 246/

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

referente ao pagamento de tarifa a ela direta e pessoalmente afeta, conforme supra referido.

Dessa forma, inexistente abuso de direito, mas sim a atuação da Apelante pautada pelas normas legais aplicáveis ao caso, agindo em seu regular exercício legal.

Com efeito, a Apelante agiu de forma legal, pois, tendo prestado os serviços e não tendo recebido o seu pagamento, agindo no seu exercício regular do direito, a CELPE procedeu com a inserção de seu nome perante o SPC.

Assim, não pode ser imputado à empresa Apelante o ônus de suportar, silente, o inadimplemento contumaz de alguns consumidores sob o argumento de que constitui ato ilícito a inclusão desses consumidores no rol de inadimplentes. Em verdade, a Apelante agiu em exercício regular de direito, nos termos do artigo 188, inciso I, do Código Civil de 2002.

Inconcusso, portanto, que o juízo a quo, data venia, restou equivocado, razão pela qual deve a r. sentença de fls. ser reformada nesse ponto.

Da ausência de requisitos essenciais à configuração do dever de indenizar.

O dano moral, preceito constitucional consagrado pelo nosso direito civil, busca a proteção aos direitos não patrimoniais, imputando-se àquele que lesa direito alheio, numa esfera íntima da personalidade, a obrigação em reparar eventual dano. Não pode, pois, confundir-se com o mero aborrecimento do dia-a-dia que se sujeita o cidadão comum que vive em sociedade.

Postula, finalmente, seja reformada a sentença, julgando-se improcedente o pedido contido na inicial ou, alternativamente, a minoração do quantum indenizatório.

Em suas contrarrazões, a parte apelada argui:



113 247 .

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Estar correta a sentença, pois teve o seu nome indevidamente inscrito no rol dos maus pagadores, por força de manifesta desorganização funcional da apelante.

Pleiteia, assim, a manutenção do *decisum* vergastado e a condenação da ré em litigância de má-fé.

É o relatório. Feito que se submete à revisão.

Recife,

11 de Maio de 2010 .


Desembargador Milton José Neves
Relator

-6-



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

VOTO

Ementa: Processual Civil. Apelação cível. Ação de indenização por danos morais julgada procedente. Sentença que não merece reparo. Restrição creditícia indevida. Dano moral presumido. Alegação de inexistência de abuso de direito, e sim exercício regular deste, conforme o disposto no art. 188, inciso I, do CC/02. Desacolhimento. Ausência da suposta inadimplência da apelada. *Quantum* indenizatório a par dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, corroborando a jurisprudência pátria. Litigância de má-fé não caracterizada. O direito de recorrer é assegurado em lei e, nesse caso, só se configura a má-fé quando evidente a intenção de obstar o andamento do feito, não constatada na espécie. Desprovisionamento do apelo.

A fim de facilitar o deslinde da controvérsia perante este órgão julgador, enfrentarei as questões meritórias dividindo-as em tópicos:

A respeito da 1ª tese recursal de mérito:

Procedimento da apelante pautado em exercício regular de direito.

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Segundo a apelante, ao negativar o nome da apelada em órgão restritivo de crédito, agiu no exercício regular do direito, nos termos do art. 188, I, do CC/2002.

Aludida tese revela inovação em sede recursal, pois a demandada, ao contestar, limitou-se a assinalar que os danos narrados na exordial configurariam apenas aborrecimentos do cotidiano. Agindo dessa forma, deixou de rechaçar, especificamente, o fato de a demandante haver sido responsabilizada por dívida oriunda de um contrato por ela não firmado, o qual, inclusive, referia-se a consumo de energia elétrica de imóvel alheio.



115 249 /

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

No particular, há de se reconhecer a assertiva autoral, que se encontra amparada em documentos não impugnados pela recorrente. Ademais, essa sequer juntou aos autos prova da inadimplência alegada.

Logo, notório o abuso de direito da apelante, que, por negligência empresarial, negativou o nome da apelada por débito de consumo de energia alusivo à unidade residencial pertencente a outrem.

Desacolho a insurgência sob crivo.

A respeito da 2ª tese recursal de mérito:

A negatização *sub judice* constitui mero aborrecimento do dia-a-dia.

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Sem razão a apelante, pois resta pacífico o entendimento no sentido de que a inclusão ou manutenção imotivadas da restrição nos cadastros de proteção ao crédito presume-se evento danoso à moral da vítima, ensejando a indenização respectiva e sendo desnecessária a demonstração probatória de efetivo prejuízo sofrido, mas tão-somente do nexo de causalidade entre a ação lesiva do agente e o resultado danoso, presente no caso examinado.

A respeito da 3ª tese recursal de mérito:

Redução do *quantum* indenizatório.

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Impertinente tal pleito, porquanto o valor arbitrado na sentença atende aos princípios regedores da razoabilidade e da proporcionalidade, corroborando os parâmetros aplicáveis pela jurisprudência pátria.

Da condenação da apelante em litigância de má-fé.

Aduz a recorrida que o apelo apresenta-se procrastinatório, uma vez que a recorrente não traz qualquer fundamento capaz de modificar a sentença.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

Fundamento juridicamente o meu voto, nos seguintes termos:

Desmerece guarida a postulação em tela, pois o direito de recorrer é assegurado em lei e, nesse caso, só se configura a má-fé quando evidente a intenção de obstar o andamento do feito, não constatada na espécie.

Como resultado do meu voto:

Nego provimento ao apelo, para manter incólume a decisão ora hostilizada.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº 190481-4

Apelante – CELPE – COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO

Apelado – MARIA DAS DORES DA SILVA MISKIW

Relator - DES. MILTON JOSÉ NEVES

Revisor - DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

REVISÃO

Trata-se o presente, de Apelação Cível interposta pela CELPE Companhia Energética de Pernambuco, contra a sentença proferida pelo Juiz de Direito da 33ª Vara Cível da Comarca Da Capital, que julgou procedente o pedido contido na Ação de Indenização por Danos Morais, vez que inscreveu indevidamente o nome da Apelada no Cartório de Protesto.

O Juiz sentenciante condenou a Apelante no pagamento da indenização por danos morais, no valor de R\$ 5.000,00 e seus acréscimos legais.

Insatisfeita, busca a Apelante a reforma do julgado, alegando que a decisão foi equivocada, pois exercia um direito legalmente protegido, pelo que pede a improcedência do pedido arial.

A inscrição indevida foi comprovada e a Apelante deve responder pelos danos causados a Apelada, como acertadamente entendeu o juiz sentenciante.

Assim, não vejo como acolher o apelo.

Isto posto, nego provimento ao recurso.

É como voto.

Recife, 11/5/00


Des. Silvio Beltrão
Revisor